

PLANO DE BENEFÍCIOS
MONGERAL

RELATÓRIO ANUAL
2020

MAG

FUNDOS DE PENSÃO

GRUPO MONGERAL  AEGON

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA.....	03
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	04
PARTICIPAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS NO PGA.....	22
GESTÃO DE PARTICIPANTES.....	23
CENÁRIO ECONÔMICO.....	24
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS.....	26
PARECER ATUARIAL.....	29
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	36
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	39
MANIFESTAÇÃO CONSELHO DELIBERATIVO.....	40

No ano de 2020 enfrentamos a pandemia do coronavírus com constante monitoramento e avaliação quanto a eventuais impactos econômicos e financeiros.

Contudo, a pandemia não foi capaz de frear nosso crescimento, com a continuidade na busca do aperfeiçoamento e na modernização de nossos sistemas operacionais, com o lançamento de um novo site, com mais funcionalidades e recursos atendendo a todos os parâmetros e especificações da legislação, porém moderno e muito atrativo.

Concretizamos ao projeto iniciado em 2019, com a implementação da carteira de empréstimos, no segmento de Operações com Participantes, operando e beneficiando todos participantes. Com taxas de juros remuneratórias menor que as demais taxas oferecidas por instituições financeiras, o que já demonstra grande vantagem, não só para o tomador do empréstimo quanto para o fundo de pensão, que garante a rentabilidade no longo prazo acima do índice de referência do plano.

Com objetivo de modernização do plano e o aumento da atratividade para os atuais e futuros participantes, foram realizadas alterações no Regulamento do Plano de Benefícios Mongeral, como o redimensionamento dos custos previdenciários, aprimoramento das opções de coberturas oferecidas, previsão de contribuição esporádica para participantes em Benefício Proporcional Diferido (BPD) e Autopatrocinados, alteração da elegibilidade a aposentadoria normal e antecipada e demais alterações, cuja íntegra encontra-se disponível para consulta em nosso site, e faz parte integrante da proposta submetida a aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Houve incremento do Programa de Educação Financeira e Previdência, em contínua ampliação já iniciada em 2019, cujo enfoque permanece na Longevidade, envolvendo assuntos não só ligados ao tema, mas também relacionados a realidade atual e as necessidades que envolvem os objetivos relativos à poupança de longo prazo.

Em 2021 buscamos o crescimento e a ampliação de projetos, entre eles o lançamento do Plano Família MAG, segundo modelo instituído setorial adotado pela Abrapp para todo segmento, benefício voltado para a adesão dos familiares de nossos participantes e assistidos, já em desenvolvimento e com grande potencial de crescimento, conforme estudo de viabilidade sempre com o objetivo de fortalecer a sustentabilidade da entidade e aumentar os serviços, com ampla e vasta informação aos participantes, com o foco na qualidade e na inovação.

Boa Leitura!

Diretoria Executiva

Balanço Patrimonial Consolidado

Plano de Benefícios
Mongeral

Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	2020	2019		2020	2019
ATIVO			PASSIVO		
Disponível	441	786	Exigível operacional	423	434
			Gestão Previdencial	273	376
REALIZÁVEL	100.671	97.229	Gestão Administrativa	5	4
Gestão Previdencial	730	451	Gestão de Investimentos	145	54
Gestão Administrativa	22	22			
INVESTIMENTOS	99.919	96.756	PATRIMÔNIO SOCIAL	100.689	97.581
Títulos públicos (Nota 4.1)	2.694	2.576	Patrimônio de cobertura do plano (Nota 5)	99.763	96.719
Ações (Nota 4.1)	3.987	0			
Fundos de investimentos (Nota 4.1)	92.578	93.398	PROVISÕES MATEMÁTICAS	99.488	94.102
Empréstimos (Nota 4.2)	660	772	Benefícios concedidos	19.094	18.054
Outros realizáveis	0	10	Benefícios a conceder	80.394	76.048
			EQUILÍBRIO TÉCNICO	275	2.617
			Resultados realizados		
			Superávit técnico acumulado	275	2.617
			FUNDOS (NOTA 6)	926	862
			Fundos previdenciais	647	541
			Fundos administrativos	279	321
TOTAL DO ATIVO	101.112	98.015	TOTAL DO PASSIVO	101.112	98.015

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada

Plano de Benefícios Mongeral

Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	2020	2019	VARIAÇÃO (%)
A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO	97.581	86.763	12,47
1. ADIÇÕES	11.467	20.582	(44,29)
Contribuições previdenciais	9.631	7.994	20,48
Resultado positivo líquido dos investimentos – gestão previdencial	1.308	11.970	(89,07)
Receitas administrativas	524	596	(12,08)
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão administrativa	4	22	(81,82)
2. DESTINAÇÕES	(8.359)	(9.764)	(14,39)
Benefícios	(7.789)	(9.195)	(15,29)
Despesas administrativas	(570)	(569)	0,18
3. ACRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1+2)	3.108	10.818	(71,27)
Provisões matemáticas	5.386	11.234	(52,06)
Superávit (déficit) técnico do exercício	(2.342)	1.220	(291,97)
Fundos previdenciais	106	(1.686)	(106,29)
Fundos administrativos	(42)	50	(184,00)
B) PATRIMÔNIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	100.689	97.581	3,19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	2020	2019	VARIAÇÃO (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	528	617	(14,42)
1.1. RECEITAS	528	617	(14,42)
Custeio administrativo da gestão previdencial	491	500	(1,80)
Custeio administrativo dos investimentos	33	95	(65,26)
Resultado positivo líquido dos investimentos	4	22	(81,82)
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(570)	(568)	0,35
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	(537)	(472)	13,77
Treinamentos, congressos e seminários	(14)	(9)	55,56
Serviços de terceiros	(451)	(414)	8,94
Despesas gerais	(39)	(14)	178,57
Tributos	(33)	(35)	(5,71)
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	(33)	(96)	(65,63)
Serviços de terceiros	(33)	(95)	(65,26)
Tributos	0	(1)	(100,00)
Tarifa Bancária	(33)	0	0,00
6. SOBRA (INSUFICIÊNCIA) DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (1+2)	(42)	49	(185,71)
7. CONSTITUIÇÃO (REVERSÃO) DO FUNDO ADMINISTRATIVO (6)	(42)	49	(185,71)
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+7)	279	321	(13,08)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

Plano de Benefícios Mongeral

Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	2020	2019	VARIAÇÃO (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	62.220	54.078	15,06
1. ADIÇÕES	7.277	11.898	(33,84)
Contribuições	7.101	5.068	40,11
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial	176	6.830	(97,42)
2. DESTINAÇÕES	(2.840)	(3.756)	(24,39)
Benefícios	(2.449)	(3.369)	(27,31)
Custeio administrativo	(391)	(387)	1,03
3. ACRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	4.437	8.142	(45,50)
Provisões matemáticas	5.474	9.771	(43,98)
Fundos previdenciais	79	(1.711)	(104,62)
Superávit (déficit) técnico do exercício	(1.116)	82	(1.460,98)
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	66.657	62.220	15,05
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	190	217	12,44
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	190	217	12,44

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Ativo Líquido

Plano de Benefícios
Mongeral

Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	2020	2019	VARIAÇÃO (%)
1. ATIVOS	66.938	62.528	7,05
Disponível	0	203	(100,00)
Recebível	910	660	37,88
Investimento	66.028	61.665	7,08
Ações	3.171	0	100,00
Fundos de investimentos	62.197	60.889	2,15
Empréstimos	660	772	(14,51)
Outros Realizáveis	0	4	(100,00)
2. OBRIGAÇÕES	91	91	(0,00)
Operacional	91	91	(0,00)
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	190	217	(12,44)
Fundos administrativos	190	217	(12,44)
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3)	66.657	62.220	7,13
Provisões matemáticas	66.116	60.642	9,03
Superávit técnico	39	1.147	(96,60)
Fundos previdenciais	502	431	16,47

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	2020	2019	VARIAÇÃO (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4)	66.748	62.311	7,12
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	66.116	60.642	9,03
1.1. Benefícios concedidos	1.357	1.458	(6,93)
Contribuição definida	1.357	1.458	(6,93)
1.2. Benefícios a conceder	64.759	59.184	9,42
Contribuição definida	64.567	59.013	9,41
Saldo de contas - parcela patrocinador	23.140	20.906	10,69
Saldo de contas - parcela participantes	41.426	38.107	8,71
Benefício definido	193	171	12,87
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	39	1.147	(96,60)
2.1. Resultados realizados	39	1.147	(96,60)
Superávit técnico acumulado	39	1.147	(96,60)
Reserva de contingência	39	34	14,71
Reserva para revisão de plano	0	1.113	(100,00)
3. FUNDOS	502	431	16,47
3.1. Fundos previdenciais	502	431	16,47
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	91	91	0,00
4.1. Gestão previdencial	74	37	100,00
4.2. Gestão de investimentos	17	54	(68,52)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mongeral Aegon Fundo de Pensão (“Entidade” ou “MAFP”) foi instituída como entidade fechada de previdência complementar, nos termos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, de fins previdenciários e não lucrativos, com autonomia administrativa e financeira e personalidade jurídica de direito privado, com o objetivo de administrar, instituir, executar e operar planos de benefícios de caráter previdenciário. O início de suas atividades se deu em 1º de novembro de 2005, aprovado pela Portaria nº 105 da Secretaria de Previdência Complementar, de 24 de agosto de 2004.

É qualificada como multipiano, administrando plano ou conjunto de planos de benefícios para diversos grupos de participantes, com independência patrimonial. Por congregar mais de um patrocinador ou instituidor, a Mongeral Aegon Fundo de Pensão é qualificada como multipatrocinada.

Na implantação da Mongeral Aegon Fundo de Pensão, em novembro de 2005, foi transferido para esta entidade o Plano de Benefícios nº 3 (CNPB nº 199700792), anteriormente administrado pelo Icatu Hartford Fundo de Pensão, e naquela mesma época houve a transferência do saldo dos recursos coletados no Icatu Hartford Fundo de Pensão para a Mongeral Aegon Fundo de Pensão.

Em 16 de dezembro de 2011, através do Ofício nº 5.474/CGAF/DITEC/PREVIC, foi aprovada a implantação do Plano de Benefícios Previdenciários dos Militares Estaduais - Plano ABEPOMPREV (CNPB 2011002419), através de convênio de adesão da Associação Beneficente dos Militares Estaduais - ABEPOM, na condição de instituidora do referido Plano.

Em 21 de junho de 2012, através da portaria MPS/PREVIC/DITEC nº 331, foi aprovada a implantação do Plano de Benefícios Previdenciários Contábil Prev (CNPB 2012001238), através de convênio de adesão da Federação dos Contabilistas do Estado de Rio Grande do Sul - FEDERACON, na condição de instituidora do referido Plano.

Em 24 de dezembro de 2013, através da portaria MPS/PREVIC/DITEC nº 721, foi aprovado o regulamento do Plano de Benefícios TECPrevi (CNPB 2013002319), através de convênio de adesão da Acate Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia e suas Associadas, na condição de patrocinadoras do referido Plano.

Em 13 de janeiro de 2016, através da portaria MPS/PREVIC/DITEC nº 23, foi aprovada a transferência de gerenciamento do Plano Prevtran (CNPB 2010004183) da Petros – Fundação Petrobras de Seguridade Social para o Mongeral Aegon Fundo de Pensão, através de convênio de adesão da Associação dos Despachantes de Trânsito do Estado de Santa Catarina e da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Despachantes de Trânsito de Santa Catarina instituidoras do referido Plano.

A Entidade administra atualmente o Plano de Benefícios nº 3 (CNPB nº 199700792) na modalidade de contribuição variável, o Plano de Benefícios Mongeral (CNPB nº 2006004638), ABEPOMPREV (CNPB nº 2011002419), Prevtran (CNPB nº 201004183), Contábil Prev (CNPB nº 2012001238) e TECPrevi (CNPB 2013002319), nas modalidades de Contribuição Definida.

APRESENTAÇÃO DA ENTIDADE E CONTEXTO OPERACIONAL

PLANO DE BENEFÍCIOS	CNPB	MODALIDADE	PATROCINADOR/INSTITUIDOR
PB Mongeral	2006004638	Contribuição Definida	MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A MONGERAL AEGON ADMINISTRACAO DE BENEFICIOS LTDA MONGERAL AEGON INVESTIMENTOS LTDA LONGEVITY SERVICES CONSULTORIA E SERVICOS LTDA WINSOCIAL MAG PAGAMENTOS

1.1 Impactos causados pela COVID-19

A pandemia do novo coronavírus (COVID-19) afetou as economias globais, não sendo diferente no mercado interno brasileiro, em março de 2020 quando o Brasil adotou medidas enérgicas para o controle da COVID-19, o mercado financeiro foi o primeiro a sentir os efeitos colaterais.

Nos três primeiros meses de 2020 o IBOVESPA teve um desempenho negativo sendo o acumulado no período foi de -36,86% encerrando o ano com rentabilidade de 2,92%. Paralelo a este movimento do mercado de capitais, o governo já havia traçado estratégias para o controle da inflação com a redução da SELIC em 2020 saindo de um patamar de 4,50% em janeiro para 2,00% em dezembro, ou seja, o que se via era uma recessão econômica iminente.

A crise econômica afetou os investimentos das EFPC, que não obtiveram resultados satisfatórios para atender as exigências atuariais, o resultado ficou abaixo das expectativas da meta atuarial ou do índice de referência, dependendo do plano.

No MAFP não foi diferente o resultado embora positivo, ficou abaixo do esperado, para os planos administrados. Estratégias foram traçadas com o gestor da carteira durante o ano, para absorver os impactos negativos.

2. PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC) e em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 29 de 18 de abril de 2018, a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações, sendo a mais recente a Instrução PREVIC nº 11 de 3 de dezembro de 2018, e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11, Resolução CNPC nº 12 de 19 de agosto de 2013.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade.

As demonstrações contábeis, consolidadas e por plano, elaboradas e encaminhadas à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, são as seguintes:

- Balanço Patrimonial - Consolidado
- Demonstração da Mutações do Patrimônio Social – Consolidada
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – Consolidada
- Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por plano de Benefícios
- Demonstração do Ativo Líquido por plano de Benefícios
- Demonstração das Provisões Técnicas dos planos de benefícios

As demonstrações contábeis da Entidade são apresentadas na estrutura de gestão individualizada, considerando os registros contábeis em gestões (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade:

- **Gestão previdencial**

Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no artigo 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.

- **Gestão administrativa**

Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios.

- **Investimentos**

Registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada plano de benefício.

Todos os recursos que transitam pela Entidade têm sua origem nos planos previdenciais e são segregados por plano de acordo com sua origem e aplicação, assim, os recursos garantidores de cada plano são apurados de acordo com a movimentação financeira. A contabilização é segregada por plano através de balancetes individuais que são consolidados para um acompanhamento global.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 31 de março de 2021.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas podem ser resumidas como segue:

a) Elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração e foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as normas contábeis específicas, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC).

Conforme constam destas diretrizes, as práticas contábeis adotadas pela Entidade são específicas para o segmento das entidades fechadas de previdência complementar.

Como consequência, (I) não existe a segregação de ativos e passivos entre circulante e de longo prazo, (II) os investimentos estão contemplados no grupo “Ativo Realizável”, (III) o “Ativo Permanente” abrange somente os bens utilizados na operação da Entidade, (IV) os resultados de exercícios futuros estão segregados de acordo com as suas origens, em cada segmento, (V) o grupo “Provisões Matemáticas” representa em valores presentes os compromissos assumidos pela Entidade junto aos seus participantes.

A escrituração contábil é feita pelo regime de competência, à exceção das contribuições de autopatrocinados e de participantes e instituidores vinculados aos planos de instituidores, estruturados na modalidade de contribuição definida, que são operações registradas pelo regime de caixa, e obedecem à planificação de contas padrão em vigor para as entidades fechadas de previdência complementar (Resolução CNPC Nº 29 de 18 de abril de 2018, Art. 10 parágrafo 1º).

b) Apuração do resultado

O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência. As contribuições de autopatrocinados são registradas pelo regime de caixa.

c) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis certos valores são registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões matemáticas, o valor de realização dos ativos, o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, entre outros. A Entidade revisa periodicamente tais estimativas e premissas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo de sua apuração.

d) Realizável

- **Gestão previdencial**

O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores e pelos direitos da Entidade, relativos às contribuições das patrocinadoras e dos participantes.

- **Gestão administrativa**

O realizável administrativo é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

- **Investimentos**

Em atendimento à Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados nas seguintes categorias:

- i) Títulos para negociação**

Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizados reconhecidos no resultado do exercício.

- ii) Títulos mantidos até o vencimento**

Registra os títulos com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a Entidade mantenha interesse e capacidade financeira de resgatá-los somente no vencimento. Os rendimentos incorridos até a data do balanço, de acordo com seus índices de correção, são apropriados no resultado do exercício.

Em 2020 não houve reclassificação de Títulos Públicos. Os estudos indicam capacidade de manutenção dos referidos valores até a sua liquidação.

e) Custódia de títulos

A carteira de investimentos da Entidade é terceirizada. Os ativos encontram-se consolidado pelo custodiante BNY Mellon Banco S.A. e custodiados nas seguintes “clearings”: Central de Custódia e Liquidação de Títulos Privados – CETIP; Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC; e B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

f) Exigível operacional

Registra os valores a pagar assumidos pelos planos previdenciais e pelo Plano de Gestão Administrativa.

g) Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas foram determinadas por atuário habilitado e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício segregados por plano de benefício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder, assegurados aos participantes ou a seus beneficiários, na forma prevista no Regulamento dos Planos de Benefícios da Entidade, vigentes em 31 de dezembro de 2020 e 2019, que incluem os institutos do benefício proporcional diferido, portabilidade, resgate e autopatrocínio, na forma prevista na Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, institutos esses regulamentados pela Resolução CGPC nº 06, de 30 de outubro de 2003.

h) Equilíbrio Técnico

Apresentação do resultado entre o total dos recursos garantidores de um plano de benefícios, acrescido das contribuições futuras, e o total dos compromissos atuais e futuros desse plano.

- **Superavit/Deficit técnico acumulado**

Representa o excedente ou a insuficiência patrimonial de recursos para a cobertura das provisões matemáticas (recursos necessários para arcar com o pagamento de benefício dos participantes).

Quando a diferença entre os ativos e os compromissos do plano de benefícios é positiva, implica dizer que o plano apresenta um superávit. Já quando ocorre o contrário, diz-se que ocorreu um déficit, o qual vem representar a insuficiência de recursos para cobertura de compromissos do plano.

No caso de superávit, o resultado positivo será contabilizado na conta de Reserva de Contingência, até o limite definido pela legislação. O valor que exceder a tal limite deverá ser contabilizado na conta de Reserva Especial para Revisão do Plano de Benefícios.

i) Fundos

• Fundos Previdenciais – Parcela Patronal

É composto pelas parcelas de contribuição das patrocinadoras que não foram utilizadas para o pagamento de benefícios em função das condições de elegibilidade e tipo de benefício pago ao participante no momento de seu desligamento. Os valores acumulados no Fundo poderão ser utilizados para a redução de contribuições futuras da patrocinadora.

• Fundos Previdenciais - Diferenças de Cotas

Constituído nos planos conforme nota técnica atuarial e representa os valores remanescentes das rentabilidades positivas dos saldos de contas cujos resgates ou portabilidades foram pagos com a cota menor do mês anterior. Os valores acumulados serão utilizados para cobrir eventuais diferenças de rentabilidade negativas dos saldos de contas cujos resgates ou portabilidades foram pagos com a cota maior do mês anterior.

• Fundos administrativos

Corresponde ao valor apurado decorrente das sobras, entre as contribuições para a cobertura das despesas administrativas previdenciais, o rendimento da aplicação dos recursos administrativos e as despesas administrativas previdenciais mensais efetivamente incorridas. Os valores acumulados no Fundo poderão ser utilizados para custear as despesas administrativas do exercício subsequente.

j) Imposto de renda e PIS/COFINS

• Impostos de renda

Com advento da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, a partir de 1º de janeiro de 2005, o imposto de renda na fonte incide sobre os benefícios e resgates pagos aos participantes dos planos estruturados na modalidade de contribuição definida ou contribuição variável, de acordo com a opção realizada pelo participante e regras dispostas na Lei, ocorrem da seguinte forma:

- i) Por tabela regressiva, que varia entre 35% a 10%, dependendo do prazo de acumulação dos recursos do participante no plano de benefícios.
- ii) Por tabela progressiva do imposto de renda retido na fonte para as pessoas físicas.

• PIS e COFINS

Calculados às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, pelos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate).

4. INVESTIMENTOS

A Gestão dos recursos garantidores da Entidade, sob responsabilidade da Mongeral Aegon Investimentos Ltda., seguem as diretrizes estabelecidas pelos normativos legais, em especial a Resolução CMN nº 4.661 de 25/05/2018, bem como a Política de Investimentos, aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo com horizonte de cinco anos, que determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas.

4.1 Carteira de Investimentos

A carteira de investimentos consolidada e por plano de benefícios é composta como segue:

	2020							
	PB Mongeral	PB Nº3	PGA	ABEPOM PREV	CONTÁBIL PREV	PREVTRAN	TEC PREVI	Consolidado
Títulos Públicos	-	2.694	-	-	-	-	-	2.694
Títulos Públicos federais	-	2.694	-	-	-	-	-	2.694
NTN – Série B	-	2.694	-	-	-	-	-	2.694
Ações	3.171	-	-	531	39	139	107	3.987
Bovespa Cód.PFIN11 Papel PNE	3.171	-	-	531	39	139	107	3.987
Fundos de investimentos	62.197	14.683	170	10.050	773	2.653	2.052	92.578
Renda Fixa	2.416	14.683	170	287	-	281	-	17.837
Mongeral Aegon Inflação Instit	1.358	14.634	-	287	-	281	-	16.279
Mongeral Aegon Institucional	1.058	49	170	-	-	-	-	1.277
Multimercado	59.781	-	-	9.763	773	2.372	2.052	74.741
Mongeral Aegon Multimercado	-	-	-	-	-	-	-	-
Mongeral Aegon Multiprev	59.781	-	-	9.763	773	2.372	2.052	74.741
Total	65.368	17.377	202	10.581	812	2.792	2.159	99.259

	2019							
	PB Mongeral	PB N°3	PGA	ABEPOM PREV	CONTÁBIL PREV	PREVTRAN	TEC PREVI	Consolidado
Títulos Públicos	-	2.576	-	-	-	-	-	2.576
Títulos Públicos federais	-	2.576	-	-	-	-	-	2.576
NTN – Série B	-	2.576	-	-	-	-	-	2.576
Fundos de investimentos	60.888	14.752	202	10.808	789	3.767	2.192	93.398
Renda Fixa	1.487	14.752	-	387	-	306	-	16.932
Mongeral Aegon Inflação Instit	1.487	14.737	-	387	-	306	-	16.917
Mongeral Aegon Institucional	-	15	-	-	-	-	-	15
Multimercado	59.401	-	202	10.421	789	3.461	-	76.466
Mongeral Aegon Mutimercado	-	-	202	-	-	-	-	202
Mongeral Aegon Macro FIC	3.376	-	-	482	34	220	106	4.218
Mongeral Aegon Multiprev	55.136	-	-	9.757	742	3.162	2.047	70.844
Bahia Marau FIC FIM	641	-	-	135	10	61	30	877
AZ Quest Total Return FIC FI	248	-	-	47	3	18	9	325
Total	60.888	17.328	202	10.808	789	3.767	2.192	95.974

4.1.1 Títulos mantidos até o vencimento

É demonstrada a seguir a composição analítica dos títulos mantidos até o vencimento em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	2020			
	Indexador/ Taxa de Juros %	Quantidade	Valor contábil	Valor de mercado
Títulos mantidos até o vencimento		800	2.694	3.489
Títulos Públicos		-	2.694	3.489
Títulos Públicos Federais		-	2.694	3.489
Notas do Tesouro Nacional - B		-	2.694	3.489
B40103A 15/08/2022 aquisição 12/12/2013	IPCA+6,29	250	870	955
B40944 15/05/2035 aquisição 12/12/2013	IPCA+6,44	350	1.161	1.578
B42377A 15/08/2050 aquisição 17/12/2013	IPCA+6,42	200	663	956

	2019			
	Taxa de Juros %	Quantidade	Valor contábil	Valor de mercado
Títulos mantidos até o vencimento		800	2.576	3.298
Títulos Públicos		-	2.576	3.298
Títulos Públicos Federais		-	2.576	3.298
Notas do Tesouro Nacional - B		-	2.576	3.298
B40103A 15/08/2022 aquisição 12/12/2013	IPCA+6,29	250	832	916
B40944 15/05/2035 aquisição 12/12/2013	IPCA+6,44	350	1.110	1.467
B42377A 15/08/2050 aquisição 17/12/2013	IPCA+6,42	200	634	915

4.2 Empréstimos e Financiamentos Imobiliários

Empréstimos e financiamentos imobiliários é um segmento da linha de Investimentos, do grupo Operações com Participantes, previsto na Resolução CMN nº 4.661 de 25/05/2018, bem como na Política de Investimentos da Entidade, até o limite de 15% dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas dos planos.

Em reunião da diretoria executiva realizada em 26/04/2019, foi apresentado e aprovado o estudo para a implementação da carteira de empréstimo no segmento de operações com participantes criando um “projeto piloto”.

Em maio de 2019 a diretoria executiva aprovou o “projeto piloto” que servirá de base para a implantação da carteira de empréstimo.

No mês de julho de 2019 foi autorizado a concessão de empréstimo na modalidade pré-fixado com taxa de juros 0,90% ao mês sem correção, e em agosto do mesmo ano a concessão na modalidade pós- fixado com taxa de juros escalonada conforme abaixo corrigidas pelo INPC defasado de dois meses.

Taxas escalonadas

PRAZO CONTRATADO	TAXA MENSAL
1 a 24 meses	0,5483%
25 a 48 meses	0,5550%
49 a 72 meses	0,5625%
73 a 96 meses	0,5692%

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a carteira de empréstimos é composta como segue:

	PB MONGERAL	
	2020	2019
Empréstimos	660	772
Principal	660	772

5. CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO

A Mongeral Aegon Fundo de Pensão tem como administrador fiduciário o BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. cujos serviços encontram-se estabelecidos no contrato celebrado entre as partes. Sobre os serviços pactuados no contrato, a Entidade irá remunerar o BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. a uma taxa de administração 0,03% a.a. (0,05% a.a. em 2019), sobre a parcela diária do patrimônio líquido da carteira, cumulativa durante o mês, paga até o 5º(quinto) dia útil do mês subsequente.

6. AJUSTES E ELIMINAÇÕES DECORRENTES DO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para fins de consolidação das demonstrações contábeis, o equilíbrio técnico e a Participação no Plano de Gestão Administrativa – PGA são eliminados através de Balancete de Operações comuns.

CLASSIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO	2020	2019
1	Ativo	-	-
1.2	Realizável	-	-
1.2.2	Gestão administrativa	-	-
1.2.2.3	Participação no plano de gestão administrativa	279	321
1.2.2.3.01	Participação no PGA	(279)	(321)
2	Passivo	-	-
2.3	Patrimônio social	-	-
2.3.1	Patrimônio de cobertura do plano	-	-
2.3.1.2	Equilíbrio técnico	-	-
2.3.1.2.01	Resultados realizados	-	-
2.3.1.2.01.01	Superávit técnico acumulado	-	-
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	-	-
2.3.1.2.01.01.02	Reserva especial para revisão de plano	-	-
2.3.1.2.01.02	(-) Déficit técnico acumulado	-	-
2.3.2	Fundos	-	-
2.3.2.2	Fundos administrativos	279	321
2.3.2.2.02	Participação no fundo administrativo PGA	(279)	(321)

7. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Não existem contingências mensuráveis e/ou conhecidas que possam resultar em provisões para perdas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2021.

DocuSigned by:
Luis Ricardo Marcondes Martins
E6BA2412F370418...

Luis Ricardo Marcondes Martins
Diretor Superintendente
CPF 104.904.438-00

DocuSigned by:
Marta Almeida da Silva
490A6D0B1BDC43B...

Marta Almeida da Silva
Contadora CRC-RJ 075.023/0-5
CPF 722.624.607-44

PARTICIPAÇÃO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS NO PLANO GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA	PB MONGERAL	
	2020	2019
SALDO ANTERIOR DA PARTICIPAÇÃO NO PGA	217.063,92	185.355,46
RECEITAS ADMINISTRATIVAS	358.543,26	417.554,51
GESTÃO PREVIDENCIAL	333.568,59	337.935,36
GESTÃO INVESTIMENTOS	22.465,34	64.767,41
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	2.509,33	14.851,74
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-385.808,79	-385.846,05
GESTÃO PREVIDENCIAL	-363.343,45	-321.780,92
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	-9.037,26	-5.830,05
SERVIÇOS TERCEIROS	-305.362,05	-281.688,02
DESPESAS GERAIS	-26.758,13	-9.892,26
TRIBUTOS	-22.186,01	-24.370,59
GESTÃO INVESTIMENTOS	-22.465,34	-64.065,13
SERVIÇOS TERCEIROS INV.	-22.465,34	-64.065,13
SALDO (RECEITAS - DESPESAS)	-27.265,53	31.708,46
SALDO ATUAL DA PARTICIPAÇÃO PGA	189.798,39	217.063,92

A Mongeral Aegon em conformidade com a Resolução CNPC nº 32 de 04/12/2019, apresenta abaixo o resumo de 2020 de quantidade de participantes e assistidos, patrocinadores e instituidores, montante das contribuições recebidas e benefícios pagos.

DESCRIÇÃO	VALORES
*Participantes Ativos	1605
*Participantes Aposentados	6
*Benefícios de Pensão	0
*Instituidor	6
**Contribuições Recebidas	R\$ 8.107.482,97
**Portabilidades Recebidas	R\$ 2.644,17
**Pagamentos de Resgates	R\$ 1.996.522,81
**Pagamentos de Benefícios	R\$ 207.591,65
**Pagamentos de Portabilidades	R\$ 244.933,45

* Posição em 31/12/2020

** Período de 01/01/2020 a 31/12/2020

O ano de 2020 foi um ano atípico, um acontecimento inesperado gerou diversos tipos de reações e que terá consequências ainda imprevisíveis. Um vírus oriundo da China, se espalhou pelo mundo trazendo caos mundial uma vez que a medicina não encontrou um tratamento adequado para combater o vírus que vem contagiando milhares de pessoas desde sua descoberta e grande parte das pessoas contagiadas vem a óbito.

Para tentar conter a pandemia do coronavírus, boa parte da população mundial foi submetida a medidas de isolamentos sociais (lockdown), que incluíram fechamento de escolas, comércios, interrupção da produção industrial, fechamento de fronteiras entre outras ações, provocando mudanças de hábitos e paralisando atividades econômicas no mundo todo, com estas ações houve impactos direto na economia global e diversos países entraram em recessão devido ao coronavírus.

Se por um lado a medicina titubeou até encontrar um tratamento adequado para o contágio do vírus, os governos e bancos centrais, em alguns países do mundo, foram incisivos no choque monetário, para que as consequências econômicas não fossem piores que a própria doença. Alguns países, incluído o Brasil, criaram auxílios emergenciais para manter a economia em movimento, justamente em um momento em que muito se falava que não havia mais espaço para política monetária.

Na China, onde começou a pandemia, o crescimento chinês caiu acentuadamente e encerrou o primeiro trimestre com uma contração de 6,8%. O fechamento de fábricas e plantas industriais em todo o país foi um grande golpe para o gigante asiático, que, pela primeira vez, teve números trimestrais negativos desde 1992. Embora a pandemia da covid-19 tenha prejudicado as metas de crescimento da China, neste ano, especialistas observam que a guerra comercial entre a China e os Estados Unidos ainda não foi resolvida. No país onde surgiu a covid-19, a economia está mais forte do que nunca este ano. O governo chinês registrou um crescimento de 4,9% entre julho e setembro em

comparação com o mesmo período do ano anterior.

Os Estados Unidos foi o país mais afetado pelo coronavírus, ultrapassou 19 milhões de contagiados com mais de 330 mil óbitos desde o início da pandemia. A pandemia fez com que a economia dos Estados Unidos contraísse em nível recorde, o declínio veio com a imposição de medidas de lockdown por todo o país para conter o coronavírus. A taxa de desemprego chegou a 14,7%, um dos maiores desde a grande depressão da década de 1930, entretanto o mercado de trabalho americano, recuperou cerca de metade dos 22 milhões de postos de trabalho fechados ente março e abril e a taxa caiu para 6,7% em dezembro/20. A ajuda fiscal implementada pelo Congresso ajudou os norte-americanos a se manterem à tona, e as economias acumuladas com a ajuda de cheques de estímulo e auxílio-desemprego sustentaram a economia no período crítico, mas o país encolheu 3,5% em 2020. Foi o pior resultado desde 1946, após o fim da 2ª Guerra Mundial. As eleições americanas, para presidente, bateram o recorde de participação popular, o processo foi conturbado dando vitória a Biden.

Já a economia da zona do euro encolheu 6,8% em 2020, o maior declínio trimestral já registrado pela série histórica iniciada em 1995. A atuação do poder público na Europa não se limitou à imposição e retirada de medidas de isolamento. Houve também aumento de gastos para combater a crise econômica. Na Alemanha e na França, por exemplo, os governos assumiram o pagamento de parte da folha salarial de empresas para evitar demissões. Houve também programas de crédito público em diversos países para apoiar empresas em maior dificuldade. Isso sem contar o aumento das despesas com saúde, para atender às demandas trazidas pela pandemia. A própria cúpula da União Europeia aprovou um pacote de socorro econômico aos países do bloco, com a criação de um fundo de 4,9 trilhões, à disposição dos países membros. Uma parte do dinheiro seria concedida em crédito, e a outra em doações que não precisam ser devolvidas. Em média, os países da zona do euro gastaram cerca de 4% do PIB com pacotes de estímulo fiscal em 2020.

A pandemia de coronavírus derrubou a economia global em 2020, e o Brasil não ficou imune ao abalo provocado pelas restrições impostas à atividade econômica, pela queda na renda das famílias e pelos adiamentos de investimentos e projetos empresariais e pessoais. A necessidade de isolamento social para conter o avanço da Covid-19 fez os principais setores da economia entrarem em queda livre. As principais medidas de resgate tomadas pelo governo durante a crise focaram no incentivo ao consumo. A política monetária promovida pelo Banco Central visou ampliar o mercado de crédito para atenuar os efeitos da pandemia sobre as empresas do país, a taxa Selic alcançou o seu recorde histórico de 2% ao ano. O governo criou o Auxílio Emergencial e a permissão de saque do FGTS emergencial, para recompor as perdas de renda da população. Mesmo com estas medidas, a taxa média anual de desemprego no Brasil foi de 13,5%, a maior já registrada. O PIB também teve queda recorde, de 4,8%. Um dos fatores que explicam esses números foi o avanço da pandemia no final do ano. A partir de novembro, o número de casos e mortes pela covid-19 voltou a crescer. Outro elemento

foi a redução do auxílio emergencial, que caiu de R\$ 600 entre abril e agosto para R\$ 300 a partir de setembro. O programa foi encerrado em 31 de dezembro de 2020. Em meio ao caos econômico, o Banco Central não deixou de trabalhar pelo desenvolvimento de novas tecnologias. O lançamento do PIX, em novembro, aconteceu mesmo com todos esses eventos na economia.

A recuperação mundial da economia só terá início com a vacinação da população mundial contra o coronavírus. A China foi a 1ª a iniciar a imunização em julho. Em dezembro a vacinação ganhou força se estendendo por vários países, entretanto no Brasil que ocupava o segundo lugar em números de mortos pelo vírus, atrás dos Estados Unidos, assistia a um embate político a respeito da vacinação que teve seu desfecho no ano seguinte.

1 POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Documento que estabelece as bases sobre as quais os ativos da MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO – MAFP poderão ser investidos no ano de 2021- 2025.

A Política de Investimentos compreende um conjunto de diretrizes e medidas que norteiam a gestão de longo prazo dos ativos dos planos de benefícios. Combina aspectos de filosofia de investimentos e de planejamento e tem como pano de fundo o conceito de equilíbrio e perenidade do plano de benefício. Ela visa mitigar a ocorrência de desequilíbrios por meio do estabelecimento de uma composição de ativos que otimize a relação entre risco e retorno da carteira, em consonância com os objetivos do Fundo.

Essa Política é composta por elementos que compreendem a missão do Fundo, a definição de tolerância ao risco, os objetivos de investimento, a política de composição de ativos, a estrutura de gestão de investimentos e a avaliação de desempenho. A partir desses fatores é possível construir um conjunto coerente de diretrizes, que permitem uma gestão de investimentos de longo prazo e com conteúdo estratégico,

Os investimentos descritos neste documento levaram em conta as diretrizes que regem as aplicações dos recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), de acordo com a Resolução CMN nº 4.661, e as restrições específicas avaliadas.

2 PREMISSAS BÁSICAS

A política de investimentos, assim como a estratégia de gestão, foi elaborada com base na especificação e quantificação dos objetivos, restrições e preferências da MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO – MAFP e aprovadas pelo seu Conselho Deliberativo.

A política de investimentos, assim como a estratégia de gestão, foi elaborada com base na especificação e quantificação dos objetivos, restrições e preferências da MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO.

Na implementação desta política, a MONGERAL AEGON

FUNDO DE PENSÃO aplica parte de seus recursos em ativos de renda fixa, lastreados em juros e inflação, parte em renda variável, diversificados entre fundos de investimento em ações (FIA) de gestores previamente aprovados e Fundos de índice (ETF), parte em investimentos estruturados, tais como fundos multimercados também de gestores previamente aprovados, além de investimentos no exterior, através de ativos emitidos no exterior pertencentes à carteiras de fundos constituídos no Brasil, observada a regulamentação estabelecida pela CVM. Essas aplicações são escolhidas respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos e as restrições legais existentes.

3 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Segundo o Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, a empresa socialmente responsável é a que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente) e de tentar incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando considerar as demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários.

A MAFP, além de ser uma entidade socialmente responsável, pelo compromisso e respeito que dispensa nas relações com colaboradores, fornecedores, parceiros, participantes, patrocinadores e instituidores, credores, comunidade, governo e meio ambiente, ao selecionar seus parceiros busca a observância dos princípios de responsabilidade socioambiental, se eles detêm o compromisso e respeito com suas partes relacionadas.

A MAFP aplica os recursos da Entidade buscando maximizar a rentabilidade dos ativos considerando os fatores de risco, segurança, solvência e liquidez, observando as melhores práticas do ponto de vista da responsabilidade socioambiental em empresas ou na implantação de projetos/empreendimentos, que minimizem os efeitos nocivos sobre o meio ambiente e a sociedade e que gerem rentabilidade compatível com as características do investimento, assim entendidos aqueles que criam valor para todas as partes envolvidas.

4 COMPOSIÇÃO DO PORTFÓLIO

Na composição do portfólio de investimentos dos Planos de Benefícios, a MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO considera a fase em que o participante se encontra, priorizando uma gestão de recursos com foco na maximização da rentabilidade, com um nível de risco confortável. No Plano de Gestão Administrativa (PGA) os recursos são integralmente aplicados em renda fixa.

A MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO poderá utilizar-se de posições em derivativos para fins de investimento e ou para proteção de carteira, considerando as estratégias nos diversos segmentos permitidos.

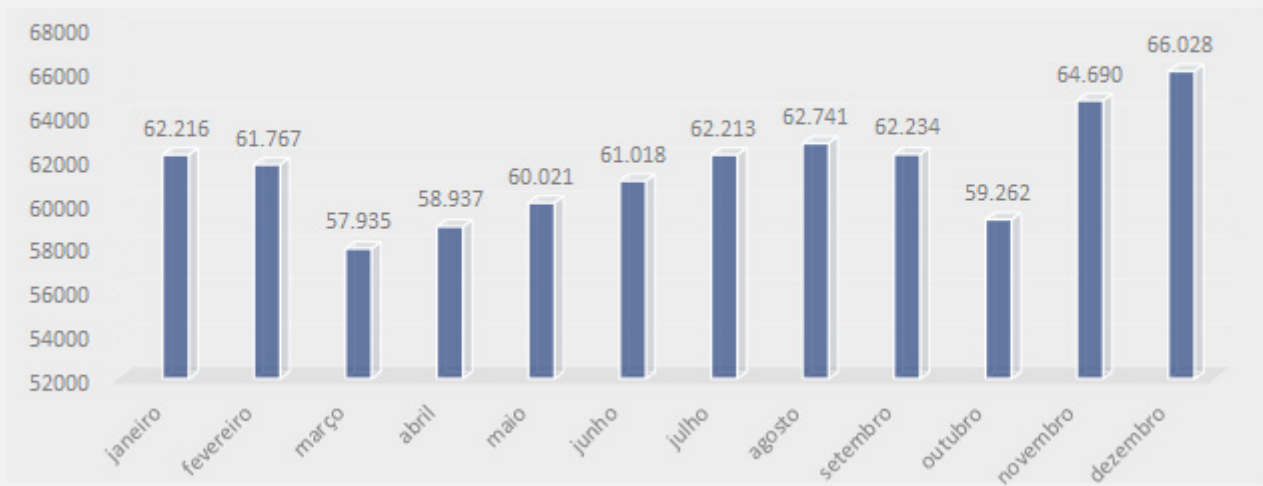
ALOCAÇÃO

ALOCAÇÃO DE RECURSOS (SEGMENTOS E CARTEIRAS DE APLICAÇÃO)	LIMITE INFERIOR (%)	LIMITE SUPERIOR (%)	META DE ALOCAÇÃO	META DE RENTABILIDADE	BENCHMARK
RENDA FIXA	50%	100%	69%	5,49%	CDI / IPCA
JUROS	20%	85%	40%	4,70%	CDI
Títulos Públicos Federais	0%	85%			
Títulos de Companhias Abertas	0%	50%			
Títulos de Instituições Financeiras	0%	50%			
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	85%			
INFLAÇÃO	10%	60%	29%	6,57%	IPCA
Títulos Públicos Federais	0%	60%			
Títulos de Companhias Abertas	0%	20%			
Títulos de Instituições Financeiras	0%	20%			
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	60%			
RENDA VARIÁVEL	5%	30%	15%	9,94%	IBRX
Cotas de Fundos de Investimento em Ações	0%	30%			
Cotas de Fundos de índice (ETF)	0%	30%			
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0%	15%	8%	5,64%	CDI
Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	0%	15%			
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0%	10%	8%	10,00%	GLOBAL INDEX
Cotas de Fundos de Investimento constituídos no Brasil, compostos com ativos emitidos no exterior	0%	10%			
IMÓVEIS	0%	0%	-	-	-
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	0%	15%	-	-	-
TOTAL				6,53%	

HISTORICO DE RENTABILIDADE

	2016	2017	2018	2019	2020	Acumulado
PB Mongeral	18,85%	12,47%	7,58%	13,13%	0,09%	62,83%
Segmento de Renda Fixa	18,49%	12,45%	6,80%	10,68%	-1,14%	55,70%
Segmento de Renda Variável	26,47%	30,04%	10,29%	36,80%	-0,22%	147,59%
Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	2,94%	6,02%	9,54%	-0,13%	19,39%
Segmento de Investimentos no Exterior	-12,76%	7,48%	0,00%	12,53%	-0,08%	5,43%
Segmento de Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Segmento de Operações com Participantes	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

MONGERAL EVOLUÇÃO PATRIMONIAL /1000



1. OBJETIVO

O presente Parecer Atuarial atende ao artigo 2º da Portaria nº 1106 de 23 de dezembro de 2019, que estabelece a necessidade deste para a composição da Demonstração Atuarial e tem por finalidade mensurar as Provisões Matemáticas e apurar os resultados do Plano de Benefícios Mongeral – Plano Mongeral, administrado pelo Mongeral Aegon Fundo de Pensão.

O Plano Mongeral é estruturado na modalidade de Contribuição Definida não possuindo riscos atuariais envolvidos nos encargos dos benefícios de Aposentadoria, Invalidez e Pensão oferecidos no plano. As obrigações do plano com seus participantes correspondem aos saldos de conta individualizados atualizados pela rentabilidade líquida do plano.

O Plano de Benefícios Mongeral oferece aos seus participantes um valor de Benefícios Mínimo na data de cálculo da concessão de Aposentadoria Normal ou Antecipada, para aqueles participantes que possuírem Salário Real de Contribuição menor ou igual a 5 unidades Salariais. O valor desse benefício no plano é mensurado através do método de financiamento agregado, com influência da projeção da inflação do Relatório FOCUS de 11/09/2020 sobre o Salário real de Benefício (SRB), e seu custeio é realizado integralmente pela patrocinadora desde a constituição do Plano.

Assim, os resultados apurados pela Avaliação Atuarial, de acordo com o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial, e demonstrados neste documento baseiam-se em levantamento estatístico dos dados cadastrais da população abrangida, considerando suas características financeiras e demográficas e na legislação pertinente, que devem ser objeto de análise e estudo dos Patrocinadores e da Entidade Fechada de Previdência Complementar.

2. BASE CADASTRAL

A base cadastral com data-base em 31/12/2020 foi submetida a testes de consistência julgados necessários, sendo a referida base considerada consistente para os cálculos da Avaliação Atuarial referente ao exercício financeiro de 2020. Também foram utilizadas para o presente parecer as informações contábeis referentes ao mesmo período.

3. ESTATÍSTICAS

Participantes Ativos

ITEM	2019	2020
Número de participantes ativos	1.488	1.605
Idade média (anos)	38,00	38,00
Média da expectativa de vida (anos)	48,43	48,06
Folha de salário mensal (R\$)**	R\$ 7.591.029,47	R\$ 9.158.701,66
Remuneração média (R\$)	R\$ 6.283,96	R\$ 7.550,45

(*) Quantidade contemplam participantes aguardando resgate, licenciados, BPDs e Autopatrocinados. Não está contemplando o participante com recebimento de resgate parcelado.

(**) Referente aos participantes ativos nas patrocinadoras.

Percebe-se que no que tange aos participantes ativos no plano, teve um acréscimo no número de participantes em 2020 na ordem de 7,86% quando comparado ao quantitativo de participantes ativos do ano de 2019. Houve ainda variação positiva da folha de salário mensal na ordem de 24,67% e da remuneração média em 24,16%.

Participantes Assistidos

ITEM	2019	2020
Número de participantes assistidos	5	6
Idade média (anos)	62	63
Média da expectativa de vida (anos)	25	24
Folha de benefício mensal (R\$)	R\$ 16.105,23	R\$ 15.928,01
Benefício médio (R\$)	R\$ 3.221,05	R\$ 2.654,67

Durante o exercício de 2020 foi concedido 1 (um) benefício de prestação continuada.

4. HIPÓTESES ATUARIAIS

Conforme descrito na Resolução CNPC nº 30, de 10 de novembro de 2018, as hipóteses atuariais podem ser classificadas como biométricas, demográficas, econômicas e financeiras e devem ser adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do Plano. Seguem abaixo as hipóteses analisadas na Avaliação Atuarial 2020:

- A)** Taxa Real de Juros: 3,72% a.a.;
- B)** Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 - F Suavizada 10%;
- C)** Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT 2000 – F Suavizada 10%;
- D)** Indexador do Plano: IPCA – IBGE; e
- E)** Crescimento Real de Salários: 2,48% a.a.

Apresentamos através do Parecer sobre as Premissas Atuariais 12/2020 posicionamento conclusivo acerca das hipóteses atuariais atualmente adotadas pelo Plano Mongeral.

Para o estudo de adequação da taxa de juros foi realizada uma análise histórica de rentabilidade real média do plano, que está de acordo com a Política de Investimentos do Mongeral Aegon Fundo de Pensão, demonstrando que a expectativa de retorno dos investimentos do plano está compatível com a taxa de juros mínima sugerida como índice de referência do plano de benefícios.

A taxa de juros de 3,72% a.a. irá vigorar a partir de 01/01/2021. Como no Plano Mongeral a taxa de juros é utilizada na concessão e no recálculo dos benefícios realizamos a análise do impacto da alteração da taxa de juros de 4,09% a.a. para 3,72% a.a. nos atuais benefícios de prestação continuada, sendo por prazo determinado a única forma de recebimento que utiliza a taxa de juros em sua formulação matemática. Considerando a base de assistidos e pensionistas em dezembro 12/2020, recalculamos seus benefícios considerando as duas taxas de juros e os resultados observados foram uma redução média de 1,84% nos benefícios dos assistidos, podendo ser amenizada pela rentabilidade do plano, caso essa supere o índice de referência até a data dos respectivos recálculos.

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), ressaltamos que as hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus participantes, mas tão somente para o cálculo de rendas mensais, ou seja, são utilizadas para apuração do valor do benefício mensal, quando de sua concessão e de seu recálculo anual.

5. REGIME FINANCEIRO E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Registramos que para a Avaliação Atuarial do Plano Mongeral, foram utilizados o regime financeiro de Capitalização e o método de Capitalização Financeira Individual, com exceção do Benefício Mínimo que utiliza o método de financiamento agregado. Os compromissos e as obrigações na data de avaliação foram apresentados através das Provisões Matemáticas contabilizados nos balanços patrimoniais posicionados em 31/12/2020, sendo a parcela CD

dessas obrigações equivalentes, a qualquer momento, ao saldo da Conta Participante acumulado até o momento da avaliação.

O Benefício Mínimo dos participantes ativos foi mensurado através do método de financiamento agregado e seu custeio é realizado integralmente pela patrocinadora desde a constituição do plano.

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), os benefícios de prestação continuada devem ter seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta individual mantido em favor do participante.

6. CUSTEIO DO PLANO

As contribuições destinadas ao custeio previdencial do Plano Mongeral serão vertidas pelos participantes e patrocinadores na forma prevista no regulamento do Plano.

Os participantes contribuirão com percentual do salário de acordo com a tabela abaixo, observando o valor mínimo de contribuição.

FAIXA ETÁRIA DO PARTICIPANTE	PERCENTUAL SALÁRIO
Até 29 anos	3,00%
De 30 a 39 anos	3,50%
De 40 a 49 anos	4,00%
De 50 a 59 anos	4,50%
A partir 60 anos	5,00%

A patrocinadora contribuirá proporcionalmente a contribuição do participante de acordo com o tempo de serviço na patrocinadora, conforme a tabela abaixo:

TEMPO DE SERVIÇO NA PATROCINADORA	PERCENTUAL SOBRE CONTRIBUIÇÃO DO PARTICIPANTE
Até 9 anos	50,00%
De 10 a 19 anos	100,00%
Acima 20 anos	150,00%

O custeio administrativo definido no orçamento anual será pago integralmente pela patrocinadora, exceto na hipótese de que trata o artigo 21 do Regulamento do Plano.

O custeio do benefício mínimo também é custeado integralmente pelo patrocinador conforme art.20 do regulamento.

7. PROVISÕES MATEMÁTICAS

Segue abaixo a estrutura contábil resumida das Provisões Matemáticas do Plano Mongeral, em 31/12/2019 e em 31/12/2020, data-base da presente Avaliação Atuarial:

CONTA	DESCRIÇÃO	2019	2020
2.3.1	Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ 61.788.728,66	R\$ 66.155.229,17
2.3.1.1	Provisões Matemáticas	R\$ 60.642.102,03	R\$ 66.116.573,97
2.3.1.1.01	Benefícios Concedidos	R\$ 1.457.715,00	R\$ 1.356.697,84
2.3.1.1.01.01	Contribuição Definida	R\$ 1.457.715,00	R\$ 1.356.697,84
2.3.1.1.01.02	Benefício Definido Estruturado	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.1.1.02	Benefícios a Conceder	R\$ 59.184.387,03	R\$ 64.759.876,13
2.3.1.1.02.01	Contribuição Definida	R\$ 59.013.161,43	R\$ 64.566.600,16
2.3.1.1.02.01.01	Patrocinador	R\$ 20.906.026,20	R\$ 23.140.566,73
2.3.1.1.02.01.02	Participantes*	R\$ 38.107.135,23	R\$ 41.426.033,43
2.3.1.1.02.02	Benefício Definido Estruturado	R\$ 171.225,60	R\$ 193.275,97
2.3.1.1.02.02.01	VABF - Benefício Mínimo	R\$ 171.225,60	R\$ 193.275,97
2.3.1.1.02.02.02	VACF - Benefício Mínimo	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.1.2	Equilíbrio Técnico	R\$ 1.146.626,63	R\$ 38.655,20
2.3.1.2.01	Resultados Realizados	R\$ 1.146.626,63	R\$ 38.655,20
2.3.1.2.01.01	Superávit Técnico Acumulado	R\$ 1.146.626,63	R\$ 38.655,20
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	R\$ 34.245,12	R\$ 38.655,20
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão do Plano	R\$ 1.112.381,51	R\$ 0,00
2.3.2	Fundos	R\$ 647.669,34	R\$ 691.368,71
2.3.2.1	Fundos Previdenciais	R\$ 430.605,42	R\$ 501.570,32
2.3.2.1.01	Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	R\$ 309.344,92	R\$ 258.069,19
2.3.2.1.02	Revisão de Plano	R\$ 121.260,50	R\$ 243.501,13
2.3.2.2	Fundos Administrativos	R\$ 217.063,92	R\$ 189.798,39

O percentual que o montante da provisão de Benefício a Conceder representa em relação as provisões matemáticas passou a ser de 97,95% em função do consumo do saldo por parte dos assistidos.

O patrimônio de cobertura no exercício de 2020 aumentou em 7,07%, com relação ao encerramento do exercício 2019. Atualizando o patrimônio de cobertura observado no encerramento da avaliação de 2019 pelo IPCA acumulado no ano de 2020 teríamos um valor 2,38% menor do que o observado em 2020. O patrimônio do encerramento de 2019 atualizado pelo índice de referência do plano (IPCA + 4,19% a.a. de 01/2020 a 03/2020 e 4,09% a.a. de 04/2020 a 12/2020) apresenta um resultado superior em 1,64% com relação ao patrimônio do encerramento do exercício de 2020.

Analisando o exercício de 2020, observa-se que a rentabilidade do plano alcançou 0,08%, enquanto o índice de referência montou em 8,82%, o que demonstra que a rentabilidade obtida pelo plano foi inferior em 8,04% (p.p.), em

relação ao respectivo índice. Da mesma forma, a inflação acumulada no mesmo período foi de 4,52%, de modo que a rentabilidade real auferida neste período foi de -4,25%.

O valor presente atuarial referente a obrigação com o Benefício Mínimo se mostrou inferior ao superávit técnico acumulado no plano, demonstrando desta forma não ser necessária a cobrança de novas contribuições referentes a cobertura deste encargo ao patrocinador.

O Plano de Benefícios Mongeral não registrou investimentos em títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento na data base de 31/12/2020. Desse modo, não há ajuste de precificação a ser calculado no plano de benefícios Mongeral 01.

Durante o exercício do ano de 2020 foi utilizado o valor do fundo previdencial de revisão de plano, constituído no encerramento do exercício de 2019, para pagamento das contribuições das patrocinadoras do Plano Mongeral, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo.

O Plano Mongeral encerrou os exercícios de 2016, 2017, 2018 e 2019 com reserva especial. De acordo com §4º do artigo 21 da Resolução CNPC 30/2018, deve ser integralmente destinado o valor apurado a título de reserva especial há mais de três exercícios. Desta forma em 31/12/2020 foi constituído fundo previdencial para alocação do valor de reserva especial comum aos três últimos exercícios no montante de R\$ 243.501,13, sendo necessária, no decorrer do exercício de 2021, a aprovação pelos órgãos de governança da Entidade de um plano para utilização destes recursos.

8. CONCLUSÃO

O Plano Mongeral, administrado pelo Mongeral Aegon Fundo de Pensão, avaliado em função dos regimes financeiros, métodos de financiamento atuarial e hipóteses atuariais anteriormente descritos, apresentou em 31/12/2020 resultado de superávit técnico.

A duração do passivo do plano foi avaliada de acordo com art. 3º da Instrução Previc nº 33, de 23 de outubro de 2020, sendo utilizado o fluxo de 10 anos para duration do passivo por se tratar de um plano de Contribuição Definida.

Em cumprimento ao disposto do §4º do artigo 21 da Resolução CNPC 30/2018, foi constituído Fundo Previdencial para Revisão de Plano, sendo necessária a aprovação pelos órgãos de governança da Entidade de um plano para utilização destes recursos no decorrer do exercício de 2021.

Portanto, considerando todo o exposto no presente parecer, é coerente concluir que o Plano Mongeral se encontra em desequilíbrio técnico superavitário no valor de R\$ 38.655,20, sendo esse valor revertido a título de Reserva de Contingência e R\$ 243.501,13 sendo revertido para Fundo de Revisão do Plano, conforme determinado nos artigos 15 e 16 da Resolução CNPC 30/2018 de forma obrigatória.

Durante o exercício de 2020 foram realizados estudos e apresentadas propostas visando alterações regulamentares para o plano de Benefícios Mongeral 01.

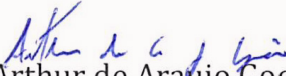
As sugestões de alterações foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo da EFPC e não geram desequilíbrio ao plano

de benefícios Mongeral 01, pelo contrário, ajustando o atual desequilíbrio, Benefício Mínimo, adequando as atuais características do plano as necessidades previdenciárias dos participantes, gerando impacto somente nas projeções das arrecadações do plano.

Considerando as alterações aprovadas foi realizado um redimensionamento do plano de custeio para os atuais ativos e os novos participantes, sendo utilizado como parâmetro de aplicação dos percentuais as faixas salariais dos participantes.

Em atendimento às Resoluções CNPC nº 34/2019 e 06/2011, a EFPC comunicou aos participantes ativos e assistidos do Plano de Benefícios Mongeral a síntese das alterações do regulamento deste plano de benefícios serão encaminhadas para aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC em 2021.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2021.


Arthur de Araujo Godinho Luzia
Atuário MIBA – 2.353
MAG GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadoras Mongeral Aegon Fundo de Pensão

1. OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da Mongeral Aegon Fundo de Pensão (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Mongeral Aegon Fundo de Pensão, aqui denominados de consolidado, por definição do CNPC) em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios, que compreendem a demonstração da mutação do ativo líquido, do ativo líquido e das provisões técnicas dos planos de benefícios para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Mongeral Aegon Fundo de Pensão e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2020 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

2. BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

4. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos


Rio de Janeiro, 31 de março de 2021.


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira
Contador CRC 1RJ056588/O-4

Os membros do Conselho Fiscal do Mongeral Aegon Fundo de Pensão, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, depois de terem examinado o Balanço Patrimonial Consolidado – BP, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, a Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL por plano de benefício previdencial, a Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL por plano de benefício previdencial, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), a Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de benefícios – DPT, as Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis consolidadas, o Parecer do Atuário e o Parecer dos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício de 2020, são de opinião de que tais documentos merecem aprovação.

Rio de Janeiro, 31 de març o de 2021.

DocuSigned by:

190E83B270E6449...

Eug nio Duque Estrada Felipe

Conselheiro – Presidente da Mesa

CPF: 754.447.477-15

DocuSigned by:

89C2CFD87E3468...

Marcelo da Motta Abreu

Conselheiro – Secretário da Mesa

CPF: 017.938.017-62

Os membros do Conselho Deliberativo da Mongeral Aegon Fundo de Pensão, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias e de acordo com as instruções da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), manifestam sua aprovação às Demonstrações Contábeis relativas ao encerramento do exercício social de 2020, após procederem ao exame dos documentos previstos nos normativos regulatórios vigentes, quais sejam: o Balanço Patrimonial Consolidado – BP, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, a Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL por plano de benefício previdencial, a Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL por plano de benefício previdencial, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), a Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de benefícios – DPT, as Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis consolidadas; o Parecer do Atuário e o Parecer dos Auditores Independentes, bem como a manifestação da Diretoria Executiva e o Parecer do Conselho Fiscal, pela aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício findo em dezembro de 2020, manifestam a sua opinião de que tais documentos merecem aprovação.

Rio de Janeiro, 31 de març o de 2021.

DocuSigned by:

Osmar Navarini

3E0D6C2CF2F4410...

Osmar Navarini

Conselheiro (Presidente)

CPF: 301.842.820-02

DocuSigned by:

Patrícia Barbosa de Campos Lima

ABD0EC4407B4406...

Patrícia Barbosa de Campos Lima

Conselheira (Secretária)

CPF: 000.761.436-51



MAG

FUNDOS DE PENSÃO

GRUPO MONGERAL  AEGON

